

ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

Partido dominante ou multipartidarismo moderado? Testando uma hipótese consolidada sobre o sistema partidário de São Paulo (1946-1964)

Paulo Peres e Bruno Conceição

Resumo

Na literatura especializada, consolidou-se a tese de que, no período de 1946 a 1964, o sistema partidário de São Paulo apresentou um perfil consideravelmente diferente daquele que se delineou no âmbito nacional. Em São Paulo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teria sido um partido inexpressivo, e o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) tiveram pouca densidade eleitoral. Assim, teria se estabelecido um sistema com um partido largamente dominante, o Partido Social Progressista (PSP). Nosso objetivo neste texto é revisitar de maneira mais rigorosa essa tese. Para tanto, analisamos comparativamente a evolução do sistema partidário nos níveis municipal, estadual e nacional, considerando a série histórica das votações para presidente, governador, prefeito, deputado federal, deputado estadual e vereador, assim como o número efetivo de candidaturas e partidos e o índice de volatilidade eleitoral. Recorrendo a dados mais amplos do que aqueles que foram utilizados pela literatura de referência e a indicadores de desempenho sistêmico, demonstramos que a configuração do quadro partidário nesses níveis de disputa aponta para uma complexidade maior do que a descrita pelos analistas anteriores. De fato, o sistema partidário em São Paulo, seja no distrito estadual ou municipal, evoluiu para o pluripartidarismo moderado.

Palavras-chave: sistema partidário de São Paulo; sistema partidário de 1946-1964; sistema partidário brasileiro.

Sobre os autores

Paulo Peres é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é diretor da Regional Sul da Associação Brasileira de Ciência Política. E-mail: peres.ps@gmail.com

Bruno Conceição é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua tese de doutorado abordou a nacionalização dos partidos no Brasil. E-mail: brunopolitica@gmail.com

Abstract

According to specialized literature, the party system format evolved differently in the state of São Paulo compared to the national party system during the 1946-1964 period. This consolidated theory upholds that PTB was an inexpressive party in electoral terms, as well as PSD and UDN, whose electoral performance was barely better. In fact, still in accordance with those classical studies, what prevailed that time was a one-dominant party system, led by PSP. Here we revisit critically the main arguments implied in this theory by analyzing comparatively the evolution of the Brazilian party system in three levels: local, state and national. We analyze the results of a historical series of elections for mayor, governor, president, as well as federal and state representatives offices. The actual numbers of parties and electoral volatility are analyzed based on a wider range of data and system performance indicators than that mobilized by classical literature. Pieces of evidence we provide indicate a different configuration of the party system of São Paulo, much more complex than previously described: a moderate multi-party system was found in all three levels of competition. **Keywords:** party system of São Paulo; party system between 1946-1964; Brazilian party system.

Artigo recebido em [dd] de [mês] de [AAAA]; aceito para publicação em [dd] de [mês] de [AAAA].

Introdução¹

“Glória a São Paulo, altar da democracia, onde haveremos de rezar pela Pátria no mais intenso, ativo e permanente élan de trabalho e desenvolvimento! Para frente Brasil!”² Exalando ufanismo em seu discurso de posse como governador já pela segunda vez, em 1963, Adhemar de Barros exaltar-se-á desse modo o “espírito” paulista que, para ele e para muitos, alicerçava a nação em suas bases econômicas e políticas. Não podia ele saber que viria a ser o derradeiro

1. Este texto é uma versão ligeiramente modificada do capítulo, intitulado “O sistema partidário de São Paulo e a produção da 4^a Legislatura da Câmara Municipal: revisitando uma tese consolidada” (Coleção História das Legislaturas Contemporâneas, vol. 4, 2017), organizado pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Agradecemos ao diretor da Escola do Parlamento, Humberto Dantas, pela anuência à publicação desta parte do referido capítulo.
2. Frase final do discurso de posse do cargo de governador do estado de São Paulo, pronunciado por Adhemar de Barros perante a Assembleia Legislativa em 31 de janeiro de 1963.

governador eleito no estado naquele instável período democrático inaugurado em 1945, cujo trágico desfecho resultará na instalação de uma nova ditadura. Obviamente, São Paulo continuará exercendo seu protagonismo econômico e recuperará, cada vez mais, sua influência política no âmbito nacional depois de tê-la perdido com a implantação da denominada República Nova; mas, a partir de 1964, assim como ocorreu em outras unidades federativas, o estado teve subtraídas as engrenagens de funcionamento efetivo do mecanismo democrático, interrompendo-se a breve, porém rica e dinâmica, vida partidária e legislativa que começava a se estruturar desde a promulgação da Constituição de 1946.

Em contraste com o sistema político nacional, sobre o qual há diversas análises, algumas delas seminais (Campello Souza, 1976; Lavareda, 1999; Lima Junior, 1983; Santos, 2003; Soares, 1973), existem pouquíssimos estudos sistemáticos sobre a política institucional dos estados naquele período. Mais raros ainda são os estudos voltados às instituições políticas locais – mesmo no caso de um município tão relevante como São Paulo, podemos contar nos dedos as investigações acadêmicas de maior destaque sobre o funcionamento do seu sistema partidário, seja na arena eleitoral ou governamental (Benevides, 1976, 1990; Cardoso, 1975; Ferreira, 2001, 2005; Simão, 1956; Sampaio, 1982; Schwartzman, 1975; Weffort, 1965). Em linhas gerais, essas análises se concentraram no comportamento dos eleitores, na representação social de alguns partidos (especialmente a relação entre estratos sociais e as legendas de esquerda), no movimento de entrada e saídas de partidos do sistema representativo (criação, fusão, cisão e desaparecimento de siglas) e na configuração do fenômeno populista (o getulismo, o adhemarismo e o janismo). Podemos dizer, entretanto, que dois consensos se formaram a respeito do sistema partidário municipal. De acordo com os analistas, em primeiro lugar havia um viés de classe no comportamento dos eleitores paulistanos, notadamente no caso dos partidos trabalhistas e da votação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e em segundo lugar o padrão de competição predominante no sistema partidário nacional não se reproduziu localmente, pois, na cidade de São Paulo, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e, principalmente, o PTB não construíram capitais eleitorais minimamente expressivas.

Nosso objetivo neste texto é revisitar, de maneira mais rigorosa, a tese consolidada na literatura sobre a configuração de um padrão local consideravelmente diferente daquele que se formou no âmbito nacional – ou seja, que em São Paulo o PTB era um partido inexpressivo (Benevides, 1989; 1990; Cardoso, 1975) e que o PSD e a UDN tinham pouca densidade eleitoral (Benevides, 1989, 1990). Para tanto, analisamos comparativamente a evolução do sistema partidário nos níveis municipal, estadual e nacional, considerando a dinâmica das votações para presidente, governador, prefeito, deputado federal, deputado estadual e vereador. Recorrendo a dados mais amplos do que aqueles que foram utilizados pela literatura de referência e a indicadores de desempenho sistêmico, buscamos demonstrar que a configuração do quadro partidário nesses níveis de disputa aponta para uma complexidade maior do que a descrita pelos analistas anteriores. Suas conclusões são apenas parcialmente corroboradas – realmente, o Partido Social Progressista (PSP) foi um partido amplamente predominante em São Paulo – uma vez que UDN, PSD e PTB também obtiveram destacado desempenho eleitoral, chegando a controlar proporção expressiva das cadeiras legislativas. De fato, o sistema partidário em São Paulo, seja no distrito estadual ou municipal, evoluiu para o pluripartidarismo moderado.

O debate sobre a especificidade do sistema partidário de São Paulo

O período de 1945 a 1964 é paradoxal. Por um lado, conforme a literatura especializada (Campello Souza, 1976; Lavareda, 1999), tratou-se da primeira experiência realmente democrática da República brasileira, com eleições relativamente honestas, competição efetiva entre grupos políticos, crescente participação eleitoral, partidos nacionais e cada vez mais representativos. Por outro lado, todo o período foi repleto de acontecimentos que mantiveram um cenário de instabilidades política e institucional permanentes, com ameaças de golpes recorrentes, até que, de fato, ocorreu um golpe de Estado que colocou um ponto final naquela tentativa de implantação do regime democrático. Para começar, o processo de democratização dá seu primeiro passo com a deposição de um presidente que, estrategicamente antes de ser retirado do poder, tratou de preparar as bases institucionais e partidárias para a democracia

vindoura e com isso seu próprio retorno à instância máxima do Poder Executivo (Campello Souza, 1976). Getúlio Vargas chega à presidência em 1951, dessa vez eleito, mas não antes de enfrentar movimentos radicais que pretendiam impedir sua posse sob a alegação de que a candidatura de Vargas não havia obtido a maioria absoluta dos votos – o que não era uma exigência constitucional. O mesmo ocorre com Juscelino Kubitschek, em 1955, quando, inclusive, sua votação pelo PSD foi inferior aos votos conquistados por João Goulart, eleito vice-presidente pelo PTB. Não se pode esquecer que, anteriormente em 1954, o país já havia ficado perplexo por causa do suicídio do presidente Vargas, que resolvera seguir esse extremado curso de ação diante das pressões de grupos políticos e de oficiais da aeronáutica que reivindicavam seu afastamento.

Na década seguinte, a instabilidade continua até o limite da “quebra” institucional. Em 1961, Jânio Quadros foi eleito presidente pelo Partido Democrata Cristão (PDC), numa coligação que envolveu a UDN, e finalmente parecia romper-se o ciclo de dominação política do PTB/PSD e dos grupos getulistas, dando aos udenistas a possibilidade de chegar pela primeira vez, mesmo de maneira indireta, ao Executivo Nacional. Porém, a intempestiva renúncia de Jânio poucos meses depois incendia de vez o ambiente político do país, pois, além de frustrar as ambições dos udenistas, abria espaço não apenas para a volta do PTB ao poder mas também para a ascensão de ninguém menos do que João Goulart, um trabalhista com um discurso considerado esquerdista e próximo demais do getulismo. Sua posse só pôde ser garantida após um acordo que resultou na adoção provisória do sistema parlamentarista, cuja implantação definitiva dependia de aprovação em plebiscito previsto para 1965. Entretanto, em 1963, realiza-se antecipadamente a consulta popular que dará ao sistema presidencialista uma acachapante vitória eleitoral, devolvendo a João Goulart os poderes plenos de chefe de governo. Jango o exercerá de modo tal que o levará a uma crescente rivalidade com os grupos da oposição (Figueiredo, 1993). Com o aumento das tensões políticas e sociais e a polarização das forças partidárias no Congresso, tornar-se-á extremamente difícil um novo acordo cooperativo que evite o escalonamento do conflito até um ponto sem retorno – isso aliado às articulações dos grupos sociais e partidos de direita na direção da ruptura do quadro institucional resultou no golpe de 1964 (Santos, 1986).

Em suma, nesse período de menos de vinte anos, tivemos três posses presidenciais ameaçadas (Vargas, JK e Jango), o suicídio de um presidente (Vargas), a renúncia de outro (Jânio), duas drásticas mudanças constitucionais (de presidencialismo para parlamentarismo e, depois, de parlamentarismo para presidencialismo) e finalmente a derrubada de um presidente com um golpe de Estado. Nesse intervalo de quatro eleições presidenciais foram nove presidentes – considerando-se os titulares, os vice-presidentes que tomaram posse e os interinos. Em outras palavras, nossa primeira experiência democrática foi tão turbulenta e institucionalmente instável foram cinco presidentes a mais do que o previsto, em uma média de cerca de um presidente para cada dois anos. E ainda tivemos três primeiros-ministros em menos de dois anos, com uma média de mais de um por ano.

Alguns analistas atribuíram ao modelo constitucional escolhido pelas elites políticas conservadoras a maior parte da responsabilidade por essa instabilidade intermitente (Jaguaribe, 1962; Lamounier e Meneguello, 1986; Mainwaring, 1999; Peterson, 1962; Schwartzman, 1971, 1975, 1982; Soares, 1973, 2001). Segundo eles, essas elites construíram, propositadamente, um sistema partidário frágil, com organizações partidárias inorgânicas, personalistas, controladas por lideranças populistas. Elas sabotaram intencionalmente o arranjo institucional desde o princípio e por isso o próprio modelo político brasileiro estava fadado ao desmoronamento. Mas houve quem culpasse as elites políticas conservadoras por terem feito o oposto disso, ou seja, por terem abandonado deliberadamente o jogo democrático justamente porque os partidos davam mostras de vitalidade, de bom funcionamento; porque os partidos, em especial os de esquerda – nomeadamente o PTB – representavam cada vez mais claramente determinados interesses populares que contrariavam o *status quo* (Campello Souza, 1976; Lavareda, 1999).

Essa disjuntiva nas análises dos especialistas, contudo, não impediu que suas conclusões caminhassem para dois pontos de convergência acerca da dinâmica e do formato do sistema partidário nacional daquele período. O primeiro é a percepção de que se desenhava um padrão de competição e conseqüentemente de formatação, com a predominância de três grandes partidos: PTB, PSD e UDN. O segundo é a constatação de que o PTB era o partido que mais crescia

eleitoralmente, chegando a se consolidar na liderança da disputa nos momentos que antecederam a ruptura do regime democrático. Além disso, o PTB representava as camadas mais populares, por intermédio de seu discurso trabalhista que assumia contornos reformistas radicais identificados com políticas mais à esquerda.

Porém o quadro retratado pelos analistas a respeito dos partidos no plano nacional não necessariamente deveria se reproduzir no plano subnacional, uma vez que cada unidade federativa – estados e municípios – abrigava não apenas lógicas políticas diversas mas também configurações históricas e sociais distintas, a ponto de ser possível identificar subsistemas partidários estaduais (Lima Junior, 1981, 1982, 1983) e até municipais, como no caso de São Paulo (Benevides, 1989, 1990; Cardoso, 1975; Lamounier, 1975). Na capital paulista, segundo procuraram mostrar alguns pesquisadores, o padrão de competição e conformação do sistema partidário discrepava do seu congêneres nacional em virtude da especificidade do ambiente político local, marcado pela fragmentação eleitoral em dois eixos políticos: o trabalhismo disputado por diversos partidos, e o voto popular disputado não apenas pelos partidos mas principalmente pela bipolaridade populista das figuras de Adhemar de Barros e Jânio Quadros (Benevides, 1976, 1989, 1990; Cardoso, 1975).

A fragmentação da representação trabalhista decorre da proliferação de partidos que procuraram capturar os votos dos trabalhadores que haviam ficado eleitoralmente órfãos, digamos assim, depois da cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947 – o Partido Comunista havia apostado suas fichas nesse estado, conseguindo construir uma base de votação considerável em pouquíssimo tempo (Benevides, 1989, 1990, Cardoso, 1975; Peterson, 1962). Assim, apesar de haver alguma relação entre a posição dessa classe e o voto no PTB (Lamounier, 1975; Simão, 1956), seus eleitores fiéis nunca foram volumosos, uma vez que o partido teve que dividir esse extrato do eleitorado com siglas congêneres, como o Partido Rural Trabalhista (PRT), o Partido Social Trabalhista (PST) e mais adiante o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Outra fragmentação importante do eleitorado decorreu da disputa pelo voto popular, um eixo de representação que, de certo modo, estava entrecruzado com o trabalhismo. Nesse caso, o PTB enfrentou principalmente a competição com o PSP, que atraía o apoio dos eleitores das classes baixa e média. Fundado em 1946,

o PSP surgiu como uma “insubordinação paulista” (Cardoso, 1975), capitaneada por Adhemar de Barros, que havia sido deputado estadual constituinte em 1934, pelo Partido de Representação Popular (PRP), e interventor no estado, de 1938 a 1941. Inclusive, nesse período, Adhemar utilizou de maneira estratégica sua prerrogativa de nomear prefeitos para substituir os titulares dos executivos municipais por nomes de seu interesse, o que lhe permitiu estabelecer uma vasta rede de influências pelo estado e montar a engrenagem básica da sua máquina partidária (Benevides, 1990; Sampaio, 1982). Com diretórios espalhados por todo o estado, o PSP tinha suporte organizacional para disputar com vantagens o eleitorado até do mesmo “nicho de mercado” do PTB. Além disso, o PSP também obteve adesão eleitoral das classes médias rurais e classes baixas e médias urbanas do interior, contando com apoio importante de proprietários de terra e industriais, com um discurso populista que, muitas vezes, confundia-se com propostas populares da esquerda (Sampaio, 1982). Tudo isso garantiu ao PSP a posição de partido predominante em São Paulo (Benevides, 1989, 1990; Cardoso, 1975).

Evidentemente, uma parcela do voto popular também era disputada pelo PSD, que sempre teve uma votação elevada. Inclusive, ele acabou se coligando com o PSP nas disputas para deputado federal em 1958 e 1962 e para deputado estadual em 1962, aumentando ainda mais sua competitividade e reduzindo a margem de votos do PTB. No caso das classes médias urbanas, o PTB tampouco pôde ter uma ampla adesão, pois, além de ter um discurso que afastava eleitores mais conservadores, tinha que disputá-los com outros pequenos partidos de centro e centro-direita.

Por fim, independentemente dos partidos, havia também uma fragmentação dos “votos populares” em torno das figuras populistas centrais de Adhemar de Barros e de Jânio Quadros, tanto na política do estado como na política nacional. Apesar de se vincular ao partido predominante no estado e na capital, o PSP, Adhemar era uma personalidade que atraía simpatias e muitos votos. Jânio, por sua vez, não se apoiava em uma organização estruturada e abrangente, mas tinha o mesmo tipo de apelo popular em torno de si. Existia, portanto, uma espécie de bipolaridade opondo duas lideranças personalistas na política local e dividindo os votos populares dos trabalhadores manuais e da classe média.

Do ponto de vista organizacional, ainda de acordo com os pesquisadores, havia dois obstáculos ao bom desempenho do PTB paulista. Por um lado, o partido estava bastante dividido por disputas internas, as quais exigiam constantes intervenções da direção nacional (Benevides, 1989, 1990; Cardoso, 1975). A tensão também era grande entre a direção partidária no estado e a direção nacional, uma vez que os projetos gerais do PTB se chocavam com as aspirações personalistas locais. Por outro lado, para manter o controle sobre a legenda, as lideranças gaúchas impediam que o partido se estruturasse e com isso crescesse demais em São Paulo, pois acreditavam que os paulistas poderiam capturar a sigla e colocá-la a serviço dos seus objetivos (Benevides, 1976, 1990; Cardoso, 1975). Em outras palavras, embora fosse trabalhista, o PTB paulista não era getulista (Benevides, 1990).

Desse modo, o PTB de São Paulo não conseguiu obter o mesmo desempenho eleitoral do PTB nacional. Em realidade, enquanto o partido crescia continuamente no plano nacional, chegando a eleger uma grande bancada legislativa e a ter a maior quantidade de diretórios regionais e municipais do país, em São Paulo, a legenda sempre conquistava poucas vagas nos legislativos municipal, estadual e federal, a ponto de “quase desaparecer” (Benevides, 1989). Inclusive, “o partido chegou a cogitar uma fusão com o PSP e, no extremo, a autodissolução” (Benevides, 1990, 140).

Ademais, de acordo com a literatura, esse processo eleitoral não obliterou apenas o crescimento do PTB em São Paulo. Segundo Benevides (1989, 1990), o desempenho do PSD e da UDN, os outros dois grandes partidos nacionais, seguiu padrão semelhante, de modo que nenhum deles conseguiu ter no estado a mesma expressão eleitoral que eles obtiveram nacionalmente. Diante dessa alegada discrepância entre os padrões de competição e configuração dos formatos dos sistemas partidários, nacional e subnacional de São Paulo, alguns chegaram a concluir que houve uma consolidação apenas parcial do quadro partidário paulistano, em decorrência da fragmentação excessiva das legendas, das disputas internas, do fisiologismo e do denotado populismo (Benevides, 1989, 1990; Cardoso, 1975). Em um polo mais extremado, houve quem concluísse que não ocorreu uma consolidação dos partidos e sim do adhemarismo e do janismo enquanto fenômenos populistas (Weffort, 1965).

Não obstante, de modo geral os estudos que apresentam tais conclusões se baseiam em poucos dados empíricos que sequer são abrangentes. Por isso ainda cabe formular a seguinte pergunta: em que medida a tese sobre a discrepante configuração do sistema partidário no estado de São Paulo e, mais ainda, na capital paulista pode ser confirmada? Para responder a essa questão, analisamos agora a evolução dos sistemas partidários nacional, estadual e municipal.

A evolução da competição para o Executivo

Para avaliar em que medida o padrão de competição no âmbito nacional discrepava do padrão que se desenhou no plano subnacional de São Paulo, precisamos avaliar de modo comparado as séries eleitorais daquele período. Inicialmente, avaliamos de maneira delimitada a disputa pelos cargos executivos. Começamos pela corrida presidencial e depois exploramos as eleições para governador e prefeito.

Como podemos observar na Tabela 1, de fato, PTB, PSD e UDN eram os partidos mais relevantes daquele período nas disputas para a presidência da República. Na maioria das vezes, PTB e PSD se aliaram, mesmo em 1950 quando PSD e PTB lançaram candidatos separados, o PTB, que concorre com Vargas, obteve maciço apoio informal dos membros do PSD. Das quatro disputas, PSD e PTB obtiveram vitória em três, perdendo apenas em 1960 para o candidato paulista Jânio Quadros, apoiado por uma coligação que incluía a UDN. Dessa maneira, em quatro disputas presidenciais tivemos a presença dos três principais partidos – PTB, PSD e UDN – como protagonistas da disputa, com ampla vantagem de vitórias para PSD e PTB.

Tabela 1 – Votação nacional nas eleições presidenciais, de 1945 a 1960

Candidato	Partido/Coligação	Votação BR	Votação SP	Diferença
<i>Eleição 1945</i>				
Eurico Dutra	PSD/PTB	55,4%	57,7%	2,3
Eduardo Gomes	UDN/PL	34,7%	27,9%	- 6,8
Yedo Fiuza	PCB	9,7%	14,2%	4,5
Mário Teles	PAN	0,2%	0,2%	0

[continua na próxima página]

Candidato	Partido/Coligação	Votação BR	Votação SP	Diferença
<i>Eleição de 1950</i>				
Getúlio Vargas	PTB/PSP	48,7%	64,3%	15,6
Eduardo Gomes	UDN/PRP	29,7%	24,8%	- 4,9
Cristiano Machado	PSD/PRB/PR/PST	21,5%	10,6%	- 10,9
João Mangabeira	PSB	0,1%	0,3%	0,2
<i>Eleição de 1955</i>				
Juscelino Kubitschek	PSD/PTB/PST	35,7%	12,7%	- 23
Juarez Távora	UDN/PSB/PDC	30,2%	33,1%	2,9
Adhemar de Barros	PSP	25,8%	45,8%	20
Plínio Salgado	PRP	8,3%	8,4%	0,1
<i>Eleição de 1960</i>				
Jânio Quadros	PTN/UDN/PDC/PR	48,3%	55,1%	6,8
Henrique Lott	PSD/PTB/PST	32,9%	15,3%	- 17,6
Adhemar de Barros	PSP	18,8%	29,6%	10,8

Fonte: Dados eleitorais do TSE (2017).

Porém, quando analisamos o quadro de maneira comparativa, pareando os resultados nacionais e estaduais, temos uma dinâmica que revela um padrão que corrobora apenas em parte as conclusões da literatura, exigindo algumas retificações. Em 1945, as diferenças nas votações entre os planos nacional e estadual da disputa não são elevadas. Podemos notar, todavia, que o PCB realmente construiu sua base eleitoral mais consistente em São Paulo. A UDN tem menor votação no estado, com a maior diferença em relação à votação nacional. Esse padrão, porém, sofrerá alterações, pois, embora a UDN mantenha redução em seus votos nacionais e estaduais em 1950, a partir de 1955 sua votação crescerá nos dois planos, chegando a ter mais votos em São Paulo, especialmente em 1960 quando se alia à candidatura de Jânio Quadros e pega carona na popularidade deste. O PTB, por sua vez, vê diminuída sua votação nacional em 1950, quando concorre separado do PSD.

Por outro lado, sua aliança com o PSP lhe garante uma considerável diferença positiva de votos em São Paulo.

Nas eleições de 1955 e 1960 ocorrem alterações nessa dinâmica em decorrência das candidaturas de Adhemar, nos dois casos, e de Jânio, na última eleição. Em 1955, o PSP representando o adhemarismo atrai votos nacionais tanto do PTB como do PSD que, mesmo coligados, conquistam menor votação do que a do PTB sozinho em 1950. Em São Paulo, a queda na votação do PTB/PSD foi estrondosa. Já o PSP conquista votação expressiva no estado, com uma diferença bastante acentuada em relação à proporção nacional. Em 1960, a aliança PTB/PSD recebe proporção ainda menor de votos no plano nacional, em especial no plano estadual em decorrência das candidaturas simultâneas de Jânio e Adhemar à presidência. Sem dúvida, Adhemar de Barros e Jânio Quadros impactaram o padrão de competição nacional e, mais acentuadamente, em São Paulo.

Dessa forma, no que se refere à disputa presidencial, não podemos dizer que o PTB tenha sido inexpressivo no estado. Tampouco podemos afirmar isso em relação ao PSD e à UDN. Na verdade, enquanto o PTB e o PSD enfrentam um declínio acentuado em sua votação – mas, ainda assim, eram forças políticas com densidade eleitoral importante – a UDN apresenta uma dinâmica de crescimento que culmina com sua elevada votação em conjunto com as forças partidárias que levaram Jânio à presidência. Por outro lado, de fato, o PSP se estabeleceu como o partido predominante em São Paulo durante o período. Em aliança com o PTB, elegeu Vargas presidente em 1950; concorrendo isoladamente, em 1955 deu vitória a Adhemar de Barros; e em 1960 obteve o segundo lugar na disputa que elegeu Jânio Quadros.

O predomínio do PSP se manifestou de maneira ainda mais demarcada nas disputas para a governadoria do estado. Conforme os dados do Quadro 1, de 1945 até 1966 São Paulo teve seis governadores, um deles, o primeiro do período, foi nomeado; dos cinco eleitos, três eram do PSP. Inclusive, Adhemar de Barros, a maior liderança do partido, foi o primeiro e o último governador eleito naquele pequeno ciclo democrático, tendo o mandato interrompido pelo regime autoritário.

Quadro 1 – Governadores de São Paulo (1947-1962)

Governador	Mandato	Partido	Acesso ao cargo
José Carlos Soares	De 11/1945 a 03/1947	Sem partido	Nomeado
Adhemar de Barros	De 03/1947 a 01/1951	PSP	Eleito
Lucas Garcez	De 01/1951 a 01/1955	PSP	Eleito
Jânio Quadros	De 01/1955 a 01/1959	PTN	Eleito
Carvalho Pinto	De 01-1959 a 01/1963	PDC	Eleito
Adhemar de Barros	De 01/1963 a 06/1966	PSP	Eleito

Fonte: Dados eleitorais do TSE (2017).

Os prefeitos, por sua vez, eram nomeados até 1953, mas isso não significa que inexistia disputas entre os grupos políticos pela obtenção desse cargo. Como demonstra o Quadro 2, nesse período houve dois prefeitos nomeados sem vinculação partidária oficial, mas o restante, ou seja, cinco prefeitos, pertencia ao PSP. Considerando que o partido foi fundado em 1947, temos desde sua criação, dos seis nomeados, apenas um que não era da legenda. Desde que os prefeitos passaram a ser eleitos, houve três casos de políticos que não eram do PSP. Jânio foi o primeiro prefeito eleito pelo PDC; depois houve uma sequência de administrações do PSP, interrompida pela eleição de Prestes Maia, em 1961. Após o golpe de Estado, foi eleito um prefeito pelo Partido da República (PR), em 1965.

Quadro 2 – Prefeitos de São Paulo (1945-1969)

Prefeito	Mandato	Partido	Acesso ao cargo
Abraão Ribeiro	De 11/1945 a 03/1947	Sem partido	Nomeado
Cristiano das Neves	De 03/1947 a 08/1947	PSP	Nomeado
Paulo Lauro	De 08/1947 a 08/1948	PSP	Nomeado
Milton Improta	De 08/1948 a 01/1949	Sem partido	Interino
Asdrúbal da Cunha	De 01/1949 a 02/1950	PSP	Nomeado
Lineu Prestes	De 02/1950 a 01/1951	PSP	Nomeado
Armando Pereira	De 02/1951 a 04/1953	PSP	Nomeado

[continua na próxima página]

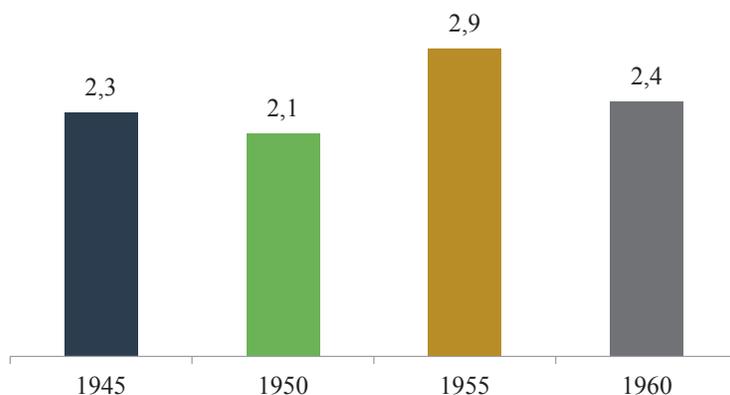
Prefeito	Mandato	Partido	Acesso ao cargo
Jânio Quadros	De 04/1953 a 01/1955	PDC	Eleito
William Salem	De 01/1955 a 07/1955	PSP	Sucessão
Juvenal de Matos	De 07/1955 a 04/1956	PSP	Eleito
Vladimir Piza	De 04/1956 a 04/1957	PSP	Eleito
Adhemar de Barros	De 04/1957 a 04/1961	PSP	Eleito
Prestes Maia	De 04/1961 a 04/1965	UDN	Eleito
José Faria Lima	De 04/1965 a 04/1969	PR	Eleito

Fonte: Dados eleitorais do TSE (2017).

As duas figuras mais populares do estado se fizeram presentes não apenas na cidade e no estado de São Paulo, mas igualmente no cenário nacional. Adhemar de Barros, que já havia sido interventor antes da abertura democrática, chegou a ser eleito governador logo na primeira eleição para o cargo em 1947, foi eleito governador novamente em 1963 e conquistou o cargo de prefeito em 1957. Ele também obteve o segundo lugar na disputa para o Executivo Nacional nas duas vezes em que concorreu, em 1955 e em 1960. Jânio chegou à prefeitura em 1953, à governadoria do estado em 1955 e à presidência da República em 1960.

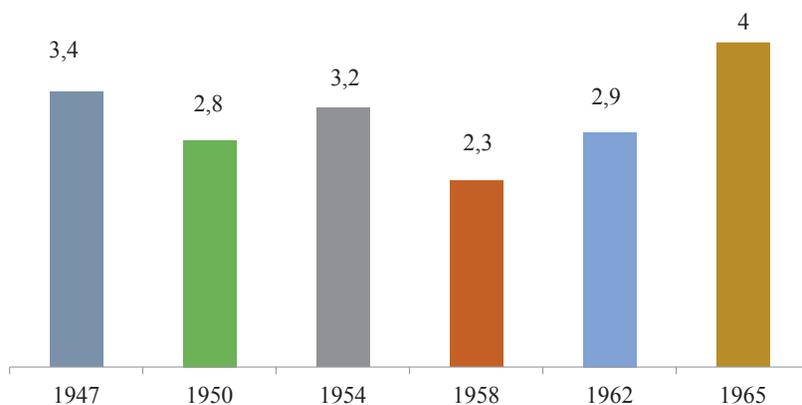
Do ponto de vista da dinâmica da disputa para os cargos executivos em São Paulo, tanto no estado como no município, temos uma competição pouco fragmentada para a presidência. Conforme demonstra o Gráfico 1, o número efetivo de candidatos sempre esteve em torno de dois, como já era de se esperar em virtude do escrutínio por maioria simples em turno único. A exceção é apenas a eleição de 1955, quando o índice mostra que houve praticamente três candidatos efetivos – esse pequeno desvio do padrão geral se deve à entrada irruptiva da candidatura de Adhemar de Barros pelo PSP, em um mercado eleitoral em que havia um duopólio partidário controlado pelo PSD/PTB e UDN. Com isso, a votação ficou distribuída de maneira bastante próxima entre os três competidores, com uma reduzida distância média entre suas votações. De resto, as sequências eleitorais mostram baixa fragmentação, com votos concentrados numa disputa bipolar entre PTB/PSD e UDN.

Gráfico 1 – Número efetivo de candidatos na disputa para presidente no estado de São Paulo (1945-1960)



Fonte: Índice calculado pelos autores com base nos dados eleitorais do TSE (2017).

Gráfico 2 – Número efetivo de candidatos na disputa para governador em São Paulo (1947-1965)

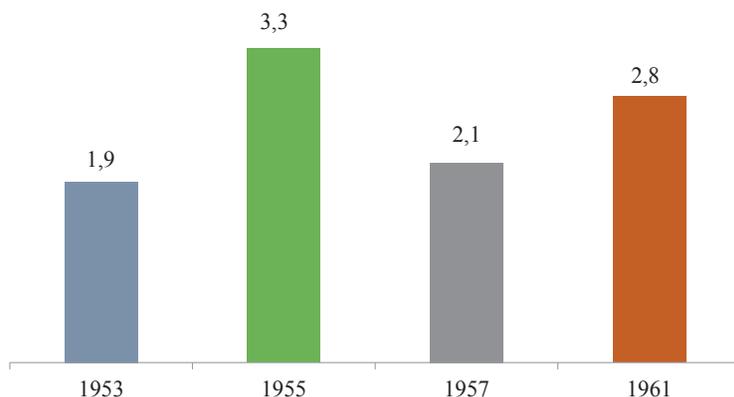


Fonte: Índice calculado pelos autores com base nos dados eleitorais do TSE (2017).

Já no Gráfico 2, temos a evolução do número efetivo de candidatos ao governo do estado de São Paulo. Nesse caso, a fragmentação é sensivelmente mais elevada, embora a forma de escrutínio seja a mesma que rege a eleição presidencial. Isso mostra um nível de competição maior pelo cargo de governador, com maior dispersão dos votos. Quase sempre o índice fica em torno de três candidaturas efetivas, chegando a quatro em 1965. Essa dispersão em torno de

três candidaturas efetivas é devido às forças eleitorais do PSD/PTB e da UDN, como no plano nacional, somadas à força eleitoral do PSP no estado. Em decorrência disso, as eleições municipais tiveram maior concentração dos votos em 50% dos casos, ficando em torno de dois candidatos efetivos, como mostra o Gráfico 3. Mas nos outros 50% dos casos, PSD/PTB e UDN conseguiram elevar o índice para cerca de três candidatos efetivos.

Gráfico 3 – Número efetivo de candidatos à prefeitura de São Paulo (1953-1961)



Fonte: Índice calculado pelos autores com base nos dados eleitorais do TSE (2017).

A evolução da competição para o Legislativo

Analisamos agora os dados eleitorais e a distribuição das cadeiras parlamentares para a Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de São Paulo, tomando os resultados circunscritos apenas ao estado – ou seja, avaliamos as proporções de votos recebidos e de cadeiras legislativas distribuídas para a Câmara dos Deputados apenas no estado de São Paulo. Pretendemos averiguar se o padrão de competição no âmbito nacional discrepava do padrão que se desenhou no plano subnacional em São Paulo nas disputas para cargos representativos proporcionais.

A Tabela 2 apresenta os resultados eleitorais e a quantidade de cadeiras conquistadas pelos partidos na competição para a Câmara dos Deputados por São Paulo. Indubitavelmente, as quatro maiores forças partidárias na disputa presidencial dominam também esse

mercado eleitoral, mas com algumas variações que devem ser destacadas. O PSP é o partido que elege as maiores bancadas, tendo o PSD como seu aliado em 1958 e 1962. Juntos, controlam mais de 1/3 das cadeiras em 1958, e 1/3 delas em 1962, quando outro 1/3 foi conquistado pela UDN.

Sozinhos, o PSD (em 1945) e o PSP (em 1950) tiveram uma bancada eleita de mais de 1/3 do total das cadeiras da Câmara dos Deputados por São Paulo. Um segundo grupo de partidos é composto pelo PTB e a UDN, num padrão que difere um pouco daquele afirmado pela literatura especializada. Embora o PTB nunca tenha chegado a controlar sequer dez cadeiras, proporcionalmente o partido obteve votações e quotas de representação que estão longe de ser desprezíveis. Por exemplo, em 1950 obteve 22,5% das cadeiras; em 1954, 18%; e em 1958 e 1962, algo em torno de 12%. A UDN, ao contrário, teve quase sempre poucos deputados, com proporções bem inferiores às do PTB até 1962, quando sela uma aliança estrategicamente eficiente com o partido de Jânio Quadros e tem um salto surpreendente em sua votação, chegando a conquistar cerca de 32% das cadeiras. Num terceiro grupo, temos dois partidos com enorme crescimento em sua votação em pontos isolados – o PSB em 1958 e o PTN em 1962. Portanto, o padrão é de amplo predomínio do PSP e do PSD, com o PTB em uma situação intermediária.

No caso da competição para deputado estadual, conforme demonstra a Tabela 3, temos igualmente o predomínio do PSP, que se estabelecerá a partir da eleição de 1950, quando sai do terceiro lugar, que havia conquistado em 1947, para o primeiro lugar na votação e na composição de sua bancada na Assembleia Legislativa. Essa posição será mantida até o final do período, em 1962. De 1947 para 1950, o PSD perde muitos votos e cadeiras, chegando a ser ultrapassado pelo PTB; recupera-se em 1954, mas perde sua posição novamente em 1958, agora para o PDC. Em 1962, PSD e PSP se coligam e juntos conquistam a maioria das cadeiras de deputado estadual. Os dois partidos já haviam se coligado em 1958 na disputa para deputado federal, mas apenas na última eleição dessa sequência histórica irão concorrer como aliados. Então, mais uma vez temos o predomínio do PSP, com um desempenho menos expressivo do PSD.

Tabela 2 – Votação e distribuição das cadeiras legislativas para deputado federal pelo Estado de São Paulo (1945-1962)

Partidos	Eleições														
	1945			1950			1954			1958			1962		
	Votação %	Cadeiras % [N]		Votação %	Cadeiras % [N]		Votação %	Cadeiras % [N]		Votação %	Cadeiras % [N]		Votação %	Cadeiras % [N]	
PSP	-	-		36,6	32,5 [13]		26	25 [11]		46,5**	40,9 [18]		31,4#	30,5 [18]	
PSD	58,3	47,1 [16]		15,6	17,5 [7]		32,7*	29,5 [13]							
PTB	8,1	14,7 [5]		22,2	22,5 [9]		15,5	18,2 [8]		9,9	11,3 [5]		8,7##	11,8 [7]	
UDN	16,7	20,6 [7]		13,7	15 [6]		7,1	9,1 [4]		7,8	9,1 [4]		30,1###	32,2 [19]	
PCB	13	11,8 [4]		-	-		-	-		-	-		-	-	
PDC	2,7	2,9 [1]		-	-		2,1	2,3 [1]		7	9,1 [4]		###	###	
PR	-	-		-	-		*	*		1,7	2,3 [1]		2,1	3,4 [2]	
PRP	1,2	2,9 [1]		-	-		-	-		-	-		1,4	1,7 [1]	
PRT	-	-		-	-		-	-		**	**		###	###	
PSB	-	-		-	-		3,5	4,5 [2]		25,7***	25 [11]		##	##	
PST	-	-		-	-		-	-		1,4	2,3 [1]		2,1	3,4 [2]	
PTN	-	-		11,9	12,5 [5]		13,1	11,4 [5]		***	***		24,2*	17 [10]	
Total	100	34 [100]		100	40 [100]		100	44 [100]		100	44 [100]		100	59 [100]	

Fonte: Dados eleitorais do TSE e TRE-SP (2017).

Nota : em 1954, *PSD concorreu em aliança com PR; em 1958, **o PSP concorreu em aliança com o PSD e o PRT, ***o PSB concorreu em aliança com o PTN; em 1962, #o PSP concorreu em aliança com o PSD, ##o PTB com o PSB, ###a UDN com o PDC e o PRT, * o PTN com o MTR.

Tabela 3 – Votação e distribuição das cadeiras legislativas para deputado estadual no estado de São Paulo (1947-1962)

Partidos	Eleições											
	1947		1950		1954		1958		1962		1962	
	Votação %	Cadeiras [N]	Votação %	Cadeiras [N]								
PSP	14,3	12 [9]	30,5	25,3 [19]	25,8	22,7 [17]	19,7	17,6 [16]	20,6*	17,4 [20]		
PSD	32,9	34,7 [26]	11	12 [9]	17,5	14,6 [11]	9	7,7 [7]				
PTB	21,4	18,7 [14]	19	16 [12]	13,4	10,7 [8]	5,3	6,6 [6]	10,1	10,4 [12]		
UDN	8	12 [9]	12,5	13,3 [10]	9,6	9,3 [7]	10,2	9,9 [9]	9,2	9,6 [11]		
PCB	19,1	14,6 [11]	-	-	-	-	-	-	-	-		
PDC	1,4	2,7 [2]	8	6,7 [5]	4,4	5,4 [4]	12,9	12,1 [11]	12,2	10,4 [12]		
PR	2,1	4 [3]	2	4 [3]	8	9,3 [7]	7	7,7 [7]	10,9	11,3 [13]		
PRP	0,8	1,3 [1]	1	2,7 [2]	2	4 [3]	4,5	5,5 [5]	5	6,1 [7]		
PL	-	-	1	1,3 [1]	1	1,3 [1]	1,4	2,2 [2]	-	-		
PRT	-	-	1	2,7 [2]	2,6	4 [3]	4,4	6,6 [6]	6	7,8 [9]		
PSB	-	-	3	2,7 [2]	5	5,4 [4]	6	6,6 [6]	1,8	1,7 [2]		
PST	-	-	0,5	1,3 [1]	2,7	4 [3]	5	6,6 [6]	7,2	8,7 [10]		
PTN**	-	-	10,5	12 [9]	8	9,3 [7]	14,6	10,9 [10]	17	16,6 [19]		
Total	100	100 [75]	100	100 [75]	100	100 [75]	100	100 [91]	100	100 [115]		

Fonte: Dados eleitorais do TSE e TRE-SP (ANO).

Nota explicativa: * em 1962, PSP E PSD concorreram em aliança; ** em 1962, PTN concorreu em aliança com o MTR.

Tabela 4 – Votação e distribuição das cadeiras legislativas para a câmara municipal de São Paulo (1947-1963)

Partidos	Eleições											
	1947		1951		1955		1959		1963			
	Votação %	Cadeiras [N]										
PSP	41,9	37,8 [17]	41,1	29 [13]	28,4	20,1 [9]	14,3	11 [5]	14,7	13,5 [6]		
PSD	9,2	11 [5]	4	6,6 [3]	13,3	11 [5]	7	9 [4]	6,2	6,6 [3]		
PTB	9	9 [4]	13,4	13,3 [6]	4,5	6,6 [3]	8	9 [4]	5	6,6 [3]		
UDN	19	15,5 [7]	13,7	11 [5]	8,5	6,6 [3]	11,9	9 [4]	17,9	11 [5]		
PDC	6,7	9 [4]	11,4	11 [5]	11,8	11 [5]	13,7	11 [5]	9,8	9 [4]		
PL	-	-	-	-	2,4	4,5 [2]	4,4	6,6 [3]	-	-		
PR	6,3	6,6 [3]	4,1	6,6 [3]	7,8	9 [4]	6,2	6,6 [3]	7	6,6 [3]		
PRP	-	-	2,1	4,5 [2]	2,4	4,5 [2]	4,3	6,6 [3]	3,4	4,5 [2]		
PRT	-	-	1,8	4,5 [2]	2,3	4,5 [2]	6	6,6 [3]	5,3	6,6 [3]		
PSB	4,7	4,5 [2]	3	4,5 [2]	4,4	6,6 [3]	3,6	4,5 [2]	7,8	11 [5]		
PST	-	-	2,6	4,5 [2]	5	6,6 [3]	11	11 [5]	8,3	9 [4]		
PTN	3,2	6,6 [3]	2,8	4,5 [2]	9,2	9 [4]	9,6	9 [4]	5,1	6,6 [3]		
MTR	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5	9 [4]		
Total	100	100 [45]										

Fonte: Dados eleitorais do TSE e TRE-SP (2017).

Outro partido que se destaca de 1954 em diante é o Partido Trabalhista Nacional (PTN), que chega a conquistar quase 17 cadeiras em 1962. Já a dinâmica relativa entre PTB e UDN se inverte agora, comparando-a com a observada nas eleições para a Câmara dos Deputados – o PTB se mantém à frente o tempo todo, exceto em 1958 quando obtém sua pior votação. Assim, o PTB aparece como a terceira força nesse nível de competição, ultrapassando 10% do total de cadeiras conquistadas em quase todas as eleições, chegando a quase 20% delas em 1947. Portanto, se, por um lado, o PTB não chega a possuir uma bancada tão elevada, por outro, ele possui, quase sempre, um número considerável de deputados estaduais. Isso significa que não há evidências de que o PTB estivesse em vias de desaparecimento ou que fosse eleitoralmente inexpressivo nessa esfera de competição, conforme defendido pela literatura de referência.

Vejam os resultados eleitorais e as bancadas conquistadas pelos partidos na disputa para vereador na capital paulista (Tabela 4). Mesmo nesse nível da disputa temos que relativizar a tese da literatura especializada sobre a inexpressividade do PTB. É verdade que seu desempenho ficou aquém do apresentado nas eleições para deputado federal e na formação da sua bancada nacional na Câmara dos Deputados – o maior número de cadeiras na Câmara Municipal que os petebistas alcançaram foi seis, em 1951; o menor foi três em 1963. Porém, essa quantidade de vereadores não está muito distante das quantidades alcançadas pelas demais legendas.

Ocorre que a distribuição das cadeiras em todas as legislaturas está bastante dispersa entre todos os partidos, com a destacada exceção do PSP. O partido de Adhemar de Barros conseguiu uma quantidade maior de vagas do que a alcançada pelos concorrentes nas eleições de 1947 a 1955. No entanto, nas disputas de 1959 e 1963 o PSP conquistou um montante de cadeiras equivalente às quantidades obtidas pelo PSD, PTB e UDN. Pode-se dizer que o PSP conseguiu o dobro das vagas conquistadas pelo PSD e PTB, respectivamente – mas temos que considerar que isso significou ter seis vereadores contra três daqueles partidos, o que não é uma diferença absoluta tão elevada naquele contexto. E ainda, o PSP declinou a cada eleição, saindo de um limite máximo de cerca de 38% das cadeiras para chegar ao limite mínimo de 13,5% delas.

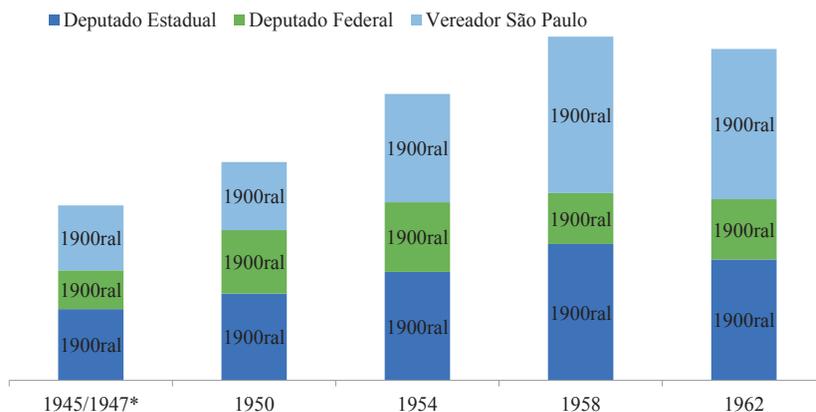
Além disso, a UDN e o PSB obtiveram cinco vagas, quase o mesmo número do PSP. PDC, PST e MTR conquistaram quadro cadeiras cada um. Com efeito, as eleições para vereador sempre foram bastante fragmentadas, tendo o PSP como o partido predominante no início; porém, a partir de 1955, essa fragmentação se generalizou e a distribuição das cadeiras ficou equivalente entre as legendas, de modo que o predomínio do PSP começou a ficar ameaçado. Nessa situação fica bastante difícil afirmar que o PTB sofria um acentuado declínio que quase o levou à extinção, e o mesmo se aplica ao PSD e à UDN.

A observação das séries históricas das eleições para os cargos proporcionais em São Paulo permite perceber que o sistema eleitoral distorcia muito pouco a representação, ou seja, a relação entre proporção de votos e proporção de cadeiras alocadas. Comparando-se as porcentagens de votos e cadeiras distribuídos entre os partidos em cada eleição, podemos notar diferenças geralmente bastante reduzidas. Isso quer dizer que havia uma elevada proporcionalidade na representação legislativa em todos os níveis de disputa. Mais ainda, que o sistema partidário apresentava um padrão de configuração em que havia o predomínio de quatro principais legendas – PTB, PSD, UDN e PSP. Os três primeiros também despontavam como os mais importantes no plano nacional, mas no plano estadual e municipal o partido amplamente predominante era o PSP. Mas esse quadro era complexo, variando em função do nível da disputa. E o mais importante, não havia um declínio acentuado do PTB, conforme defendido pela literatura temática. O partido não teve o mesmo desempenho observado no plano nacional, mas não era inexpressivo no estado e no município, principalmente se comparado com os demais partidos, à exceção do PSP. Também não é possível afirmar que os desempenhos do PSD e da UDN eram precários, pois há variações importantes entre as eleições e de maneira genérica ambos tinham representação também equivalente aos demais, excetuando-se, mais uma vez, o PSP.

Na verdade, o que havia era um quadro de elevada competição, com fragmentação partidária acentuada em algumas disputas. Podemos conferir isso no Gráfico 4, que traz a série histórica do número efetivo de partidos nas três disputas legislativas ocorridas

no estado.³ Enquanto a competição para deputado federal permanecia com um número de partidos eleitorais efetivos em torno de quatro, a partir de 1950 as eleições para deputado estadual e principalmente para vereador apresentavam fragmentação cada vez mais elevada. Em 1958, o número efetivo de partidos eleitorais na competição para deputado estadual ficou em torno de nove, reduzindo-se para oito em 1962 – um número ainda elevado se comparado com os quatro da disputa para deputado federal. Na competição para a Câmara Municipal, esse número ficou em torno de dez partidos efetivos nessas duas eleições, mostrando um quadro de grande dispersão dos votos e conseqüentemente das cadeiras legislativas. Ou seja, os sistemas partidários eram bastante competitivos, e essa competição se acirrava mais à medida que o nível de disputa se tornava mais local – do nacional para o estadual e do estadual para o municipal.

Gráfico 4 – Número efetivo de partidos parlamentares na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores de São Paulo (1945-1962)

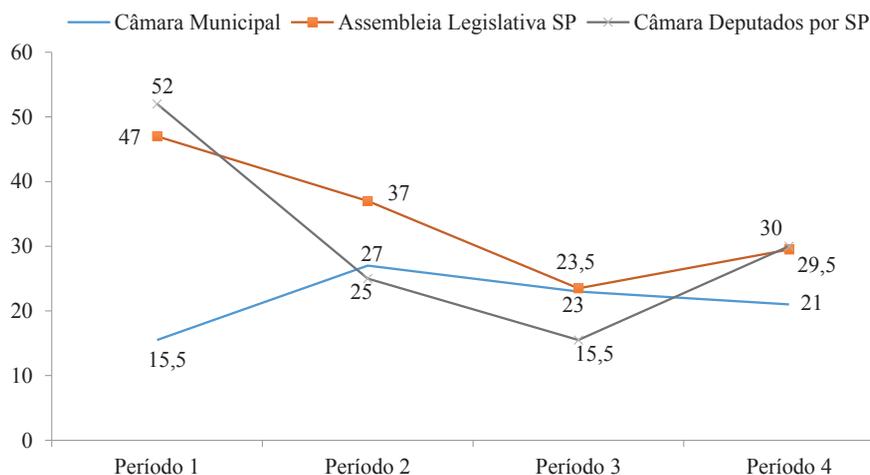


Fonte: Índice calculado pelos autores e dados eleitorais do TSE e do TRE-SP (2017).

Nota: A primeira eleição para deputado federal foi em 1945, para deputado estadual e vereador foi em 1947; para vereador, as eleições seguintes foram em 1951, 1955, 1959 e 1963; para deputado federal e estadual, foram em 1950, 1954, 1958 e 1962; as datas indicadas abaixo das colunas representam uma aproximação dos três calendários eleitorais.

3. Esse índice estabelece, de maneira fracionada, quantos partidos têm peso real na disputa eleitoral. O índice foi criado por Laakso e Taagepera (1979) e tem a seguinte fórmula: $NEP = 1 / \sum Vi^2$, em que Vi = porcentagem de votos de cada partido.

Gráfico 5 – Evolução da volatilidade eleitoral nas eleições legislativas por São Paulo (1947-1963)



Fonte: Índice calculado pelos autores com base nos dados eleitorais do TSE e TRE-SP (2017).

Nota: os períodos 1, 2, 3 e 4 correspondem, respectivamente, aos seguintes pares de eleição: de 1947-1951, de 1951-1955, de 1955-1959 e de 1959-1963 para a Câmara Municipal; de 1947-1950, de 1950-1954, de 1954-1958 e de 1958-1962 para a Assembleia Legislativa do estado; de 1945-1950, de 1950-1954, de 1954-1958 e de 1958-1962 para a Câmara dos Deputados por São Paulo.

Essa situação de intensa competição se refletia na constante oscilação dos votos entre os partidos de uma eleição para outra, como pode ser observado no Gráfico 5, onde aparecem os dados sobre a volatilidade eleitoral no período.⁴ Como pode ser percebido, embora houvesse uma tendência de queda do índice ao longo do tempo, seus valores são bastante elevados e voltam a subir na última eleição. Essa alta oscilação dos votos entre os partidos reflete

4. O índice de volatilidade eleitoral procura mensurar a variação agregada dos votos recebidos pelos partidos entre duas eleições consecutivas. Quanto mais próximo de 100, mais volátil é a votação no conjunto dos partidos. Essa fórmula foi proposta por Pedersen (1979): $VT = \frac{1}{2} \sum |V_{i,t} - V_{i,t-1}|$, em que V_t representa a volatilidade total ou sistêmica; $V_{i,t}$ a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t , e $V_{i,t-1}$ a porcentagem do partido i na eleição $t-1$; sendo que $0 < VT < 100$.

um mercado eleitoral bastante aberto e competitivo. Alianças, surgimento de novos partidos e diversos fatores conjunturais levavam os eleitores a mudar seu voto entre as eleições, alterando as proporções recebidas pelos partidos, conforme retratado pelo índice.

Realmente, conforme indicado pela literatura, o PTB enfrentava uma competição intensa com outros partidos trabalhistas e com as figuras populares de Adhemar de Barros e Jânio Quadros, que também disputavam votos com o PSD e, em alguns casos, com a UDN. O PSD procurou resolver isso fazendo aliança com o PSP em algumas disputas, menos na esfera municipal; e a UDN se aliou a Jânio Quadros já no final do período. Então, as elites políticas procuravam coordenar seus esforços para ganhar vantagens comparativas na competição por cadeiras legislativas, mas, ainda assim, a disputa estava fragmentada e era intensa.

Conclusão

Nossa análise do subsistema partidário de São Paulo explorou dados referentes aos três níveis de competição – nacional, estadual e municipal – e as duas modalidades de disputa – proporcional e majoritária. A quantidade de dados, sua abrangência e profundidade possibilitou testar a validade da tese clássica sobre a especificidade do sistema partidário do estado e principalmente da cidade de São Paulo em relação ao nacional. Conforme a literatura, o PTB nunca conseguiu ser um partido expressivo no estado e na capital paulista; o PSD e a UDN, embora não tenham chegado a quase desaparecer, como se suspeitou que pudesse ocorrer com os petebistas, tampouco foram relevantes. Várias razões para essa particularidade foram apresentadas, entre elas as mais importantes foram as intensas disputas pelos votos trabalhistas e pelos votos populares. O PTB ainda teve contra si o peso da direção nacional, que sempre atuou para impedir que o partido se fortalecesse em São Paulo e assim tomasse o controle nacional da sigla.

Os dados que analisamos mostraram um cenário bem mais complexo e que exigem uma revisão no argumento principal da tese sobre a especificidade do sistema partidário de São Paulo no período de 1946 a 1964. É verdade que, de modo geral, o PSP foi o partido predominante em todos os níveis e modalidades de disputa. Mas, em alguns casos, como na disputa para o Legislativo

municipal, o partido apresentou um histórico de perda de votos persistente ao longo do tempo. Por outro lado, a UDN aumentou substantivamente seus votos nas eleições de 1962. O PTB realmente não replicou o mesmo desempenho observado no plano nacional, mas, em todos os níveis de disputa em São Paulo, sempre foi um partido eleitoralmente relevante em termos relativos. O PSD também foi um partido relevante, inclusive porque se aproximou do PSP e se aliou com ele em algumas eleições. Portanto, o PTB, o PSD e a UDN foram partidos relativamente expressivos no contexto de São Paulo, no estado e no município, apesar da incontestável predominância do PSP.

Mostramos também que a intensa disputa pelo eleitorado trabalhista e popular, como alegado pela literatura, parece fazer sentido. Para isso, recorremos a dois índices que revelaram que o sistema partidário nas disputas nacionais, estaduais e municipais para os cargos proporcionais eram bastante fragmentados e voláteis. Esses índices demonstraram igualmente que as disputas para os executivos estaduais e, principalmente, municipais eram fragmentadas. De fato, havia ali um elevado grau de competição e de dispersão dos votos. Mas esse ambiente altamente concorrencial não levou o PTB, o PSD e a UDN a desempenhos desprezíveis; ao contrário, tais partidos contribuíram sobremaneira para o compartilhamento de votos, o que reduziu seu peso em comparação com o nível nacional, mas ainda assim lhes garantiu relevância, cujo grau variou de acordo com o nível e a modalidade da disputa. Portanto, o sistema partidário no município e no estado de São Paulo evoluiu de modo a configurar um multipartidarismo moderado.

Referências

- BENEVIDES, M. V. (1976). *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1989). O velho PTB paulista: partido, sindicato e governo em São Paulo (1945-1964). *Lua Nova*, n. 17, p. 133-161.
- _____. (1990a). *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense.
- CAMPHELLO SOUZA, M. C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

- CARDOSO, F. H. (1975). Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- FERREIRA, J. (2001). O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2005). *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FIGUEIREDO, A. (1993). *Democracia ou reformas? alternativas democráticas à crise política (1963-1964)*. São Paulo: Paz e Terra.
- JAGUARIBE, H. (1962). As eleições de 1962. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 2, p. 20-40.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. (1979). Effective number of parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, vol. 12, n. 1, p. 3-26.
- LAMOUNIER, B. (1975). Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- LAVAREDA, A. (1999). *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964*. Rio de Janeiro: Revan.
- LIMA JUNIOR, O. B. (1981). O sistema partidário brasileiro (1945-1962). In: FLEISCHER, D. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. vol. 2. Brasília, DF: Ed. UnB.
- _____. (1982). Realinhamento político e desestabilização do sistema partidário: Brasil (1945-1962). *Dados*, n. 25, n. 3, p. 365-377.
- _____. (1983). *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1962)*. Rio de Janeiro: Graal.
- MAINWARING, S. (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- PEDERSEN, M. (1979). The dynamics of European party system: changing patterns of electoral volatility. *European Journal of Political Research*, vol. 7, n. 1, p. 1-26.
- PETERSON, P. (1962). *Brazilian political parties: formation, organization and leadership*. Tese (PhD Political Science) – University of Michigan, Michigan.
- SAMPAIO, R. (1982). *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global.
- SANTOS, W. G. (1986). *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice.
- _____. (2003). *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- SCHWARTZMAN, S. (1971). Veinte años de democracia representativa en Brasil (1945-1964). *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, vol. 2, n. 1, p. 24-46.
- _____. (1975). *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel.
- _____. (1982). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus.
- SIMÃO, A. (1956). O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 1, n. 1, p. 130-141.
- SOARES, G. (1973). *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel.
- _____. (2001). *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- WEFFORT, F. (1965). Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, n. 2, p. 39-60.